



COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 86192/2023 Cód. Verificador: I3CNZRA1

Requerente: 2074273 - HISSAM HUSSEIN DEHAINI
CPF/CNPJ: 233.850.819-04
Endereço: RUA DR VITAL BRASIL Nº 560
Cidade: Araucária
Bairro: ESTACAO
Fone Res.: 41999777151
E-mail: prefeitura@araucaria.pr.gov.br
Assunto: CMA - PROCESSO LEGISLATIVO
Subassunto: CMA - PROJETO DE LEI
Data de Abertura: 22/06/2023 16:03
Previsão: 23/06/2023

CEP:83.705-174
Estado:PR
Fone Cel.: (41) 99977-7151

Anexos

ANEXO PA nº 85.2892023.pdf
2.598-2023.pdf
2.598-2023 - OFICIO 3251-2023.pdf
Comprovante de envio - Projeto de Lei 2598.2023 - 27.06.2023.pdf
FOLHA DE INFORMAÇÃO - PJ LEI 97ª SESSÃO ORDINÁRIA-2023 Regime de urgência.0.pdf
Parecer Jurídico - Reajuste-reposição salarial aos servidores.pdf
FOLHA PARA AS COMISSÕES.pdf
Estimativa Custos - Reajuste 2023 - 3,83%.pdf
Planilha Impacto Orçamentario reajuste.pdf
Parecer 003_23 PL 2598 2023 Reajuste servidores.pdf
Declaracao Ordenador da despesa - Pessoal.pdf
Parecer Conjunto CJR 161-23 e CFO 58-23 PL 2598-2023- PREFEITO.pdf
VOTAÇÃO PARECER EM CONJUNTO PL2598 CJR - CFO.pdf
PL 2598/2023.pdf
1ª VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI 2598.2023.pdf
2ª VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI 2598.2023.pdf
Comprovante Oficio 168-2023 - PL 2598-2023.pdf
Folha Arquivamento.pdf
OFÍCIO Nº 3349_2023-PUBLIC LEI 4.186-2023.pdf
4.186-2023_Matéria publicada no dia 30-06-2023. Edição 1356_2023.pdf

Observação

Encaminha o ofício nº 3251/2023 e Projeto de Lei nº 2.598/2023 e demais anexos.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI

Requerente

LILIANE GUTERVILLE

Funcionário(a)

Recebido



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À SMGO - DIREÇÃO GERAL

Encaminha o ofício nº 3251/2023 e Projeto de Lei nº 2.598/2023 e demais anexos.

Araucária, 22/06/2023 16:03

LILIANE GUTERVILLE



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À SMGO - DIREÇÃO GERAL

Encaminha o ofício nº 3251/2023 e Projeto de Lei nº 2.598/2023 e demais anexos.

Araucária, 22/06/2023 16:03

LILIANE GUTERVILLE
SMGO - DIREÇÃO GERAL



PROJEÇÃO DECORRENTE REPOSIÇÃO 3,83 %

| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85.289/2023 | | | | | | |
|--|--------|-------------------|---------------------------|------------------|------------------------------------|-------------------|
| Mês/Ano | Plano | R\$ | Diferença Mensal de 3,83% | Total Junho 2023 | Diferença de Julho a Dezembro 2023 | Décimo 2023 |
| jun/23 | 319011 | R\$ 32.991.594,99 | R\$ 1.263.578,09 | 34.255.173,08 | 7.581.468,53 | R\$ 1.376.173,78 |
| | 319013 | R\$ 751.572,11 | R\$ 28.785,21 | 780.357,32 | 172.711,27 | R\$ 28.785,21 |
| | 319016 | R\$ 2.939.835,17 | R\$ 112.595,69 | 3.052.430,86 | 675.574,12 | - |
| | 319113 | R\$ 4.104.348,66 | R\$ 157.196,55 | 4.261.545,21 | 943.179,32 | R\$ 157.196,55 |
| | 319007 | R\$ 205,89 | R\$ 7,89 | 213,78 | 47,31 | R\$ 7,89 |
| TOTAL GERAL | | | | | | R\$ 12.497.307,41 |

Araucária, 21 de junho de 2023.

Assinado digitalmente por:
RYAM HISSAM DEHAINI:09680035913
096.800.359-13
21/06/2023 14:37:30
Ryam Hissam Dehaini
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas

Assinado digitalmente por:
DANIELLE CHRYSTINE SANTOS DE SOUSA
083.686.509-09
21/06/2023 13:53:58
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.
Danielle Chrystine Santos de Sousa
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA - PODER EXECUTIVO
CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: MAIO/2022 A ABRIL/2023

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESA EXECUTADA (ÚLTIMOS 12 MESES) | |
|---|---|--|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 736.622.580,22 | 499.477,66 |
| Pessoal Ativo | 573.256.138,63 | 9,99 |
| Vencimentos Vantagens e outras Despesas Variáveis | 506.791.536,28 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 66.464.602,35 | 9,99 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 162.742.234,71 | 2.683,60 |
| Aposentadoria, Reservas e Reformas | 151.206.709,80 | 2.683,60 |
| Pensões | 11.535.524,91 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34) | 624.206,88 | 496.784,07 |
| Despesas com Pessoal não Executadas Orçamentariamente | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 133.548.066,33 | 2.683,60 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 8.979.771,79 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | 25.891.131,80 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 95.931.287,43 | 2.683,60 |
| Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022) | 2.745.875,31 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 603.074.513,89 | 496.794,06 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | (%) SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|------------------|--------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 1.248.953.532,01 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 3.493.342,91 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | - | - |
| (-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII) | 4.379.836,08 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII) | 1.241.080.353,02 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb) | 603.571.307,95 | 48,63% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,0% | 670.183.390,63 | 54,00% |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,3% | 636.674.221,10 | 51,30% |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6% | 603.165.051,57 | 48,60% |

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável pela publicação: SMPL. Data da Emissão: 25/05/2023.

Notas: 1 DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

2 Informações sujeitas a alterações. Se necessário, o relatório será republicado em momento oportuno.

Cristiane Miranda
Técnico em contabilidade
CRC/PR 64997/O-3

Lauro Luciano Stall
Secretário Municipal de
Finanças

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Cruz Moreira
Controlador Geral



281.00

| | DÍVIDA CONSOLIDADA | | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-------|-------|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021 | | |
| | | Até o 1º Quadrimestre | | |
| | | Até o 2º Quadrimestre | | |
| | | Até o 3º Quadrimestre | | |
| | | Até o 4º Quadrimestre | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 180.059.597,40 | 192.021.917,94 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 180.059.597,40 | 192.021.917,94 | 0,00 | 0,00 |
| Emprestimos | 178.371.157,95 | 190.391.228,31 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 1.688.439,35 | 1.630.689,63 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 1.199.396,51 | 1.164.660,55 | 0,00 | 0,00 |
| De Demais Contribuições Sociais | 489.042,84 | 466.029,08 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATORIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Vencidos e não pagos) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) ^(*) | 317.000.173,90 | 306.398.059,02 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa | 316.999.123,90 | 306.398.059,02 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 344.104.104,27 | 315.272.302,35 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 14.805.480,67 | 3.700.493,53 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Depósitos Resilientes e Valores Vinculados | 12.299.499,70 | 5.173.749,80 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 1.050,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) = (I)-(II) | -136.940.576,60 | -114.376.141,08 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 1.244.760.273,22 | 1.248.563.532,01 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 3.100.000,00 | 3.493.342,91 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV) - (V) | 1.241.660.273,22 | 1.245.060.189,10 | 0,00 | 0,00 |
| % da DC sobre a RCL AJUSTADA (VII) | 14,50% | 15,42% | 0,00% | 0,00% |
| % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (VIII) | -11,03% | -9,18% | 0,00% | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL = RCL + 20% LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRf) = RCL + 8%; | 1.489.992.327,86 | 1.494.552.226,92 | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | 1.340.993.095,08 | 1.345.097.004,23 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATORIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATORIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 194.425,40 | 194.425,40 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 1.443.330.716,28 | 1.443.330.716,28 | 0,00 | 0,00 |
| RPNÃO-PROCESSADOS | 255.255.252,72 | 149.084.444,06 | 0,00 | 0,00 |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA –ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| APROPRIACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Trazetida de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Liquidada

Valores Percentuais

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável pela publicação: SMFI. Data da Emissão: 25/05/2023.

NOTAS 1: Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível (I) mais os Tracess, Financiamentos, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada. Assim quando o cálculo de DEFI/COES (II) for negativo, colocar um "-" (menos) nessa linha.

2 - Informações sujeitas a alterações. Se necessário, o relatório será republicado em momento oportuno.

Cristiane Miranda
Técnico em contabilidade
CRC/PR 64997/O-3

Ulísas Hussein Delami
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Cruz Moreira
Controlador Geral

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2023 / QUADRIMESTRE: JANEIRO - ABRIL

RGE - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023 | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| AGOS ESTADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AGOS MUNICÍPIOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| AS ENTIDADES CONTROLADAS (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POR MEIO DE FUNDOS OU PROGRAMAS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 1.244.760.273,22 | 1.248.953.532,01 | 0,00 | 0,00 |

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais

(art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO

DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)

% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%

LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023 | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DOS ESTADOS (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DOS MUNICÍPIOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Garantia às Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

MEIDAS CORRETIVAS:

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável pela publicação: SMF. Data da Emissão: 25/05/2023.

Notas: 1- Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

2 - Informações sujeitas a alterações. Se necessário, o relatório será republicado em momento oportuno.

Cristiane Miranda
Técnico em contabilidade
CRC/PR 64997/O-3

Lauro Luciano Stall
Secretário Municipal de
Finanças

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Cruz Moreira
Controlador Geral



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2023 / QUADRIMESTRE: JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 20.292.342,73 | 20.292.342,73 |
| Mobilizável | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 20.292.342,73 | 20.292.342,73 |
| Interna | 20.292.342,73 | 20.292.342,73 |
| Empréstimos | 20.292.342,73 | 20.292.342,73 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I) | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) | 20.292.342,73 | 20.292.342,73 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|----------------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 1.248.953.532,01 | - |
| (-) Transferências obrigatorias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V) | 3.493.342,91 | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 1.245.460.189,10 | - |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0,00 | 0,00% |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | 20.292.342,73 | 1,63% |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 199.273.630,26 | 16,00% |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 179.346.267,23 | 14,40% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 87.182.213,24 | 7,00% |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|--|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência (a) |
| Parcelamento de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável pela publicação: SMFI. Data da Emissão: 25/05/2023.

NOTAS 1: Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

2 - Informações sujeitas a alterações. Se necessário, o relatório será republicado em momento oportuno.

Cristiane Miranda
Técnica em contabilidade
CRC/PR 64997/O-3

Lauro Luciano Stall
Secretário Municipal de
Finanças

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Cruz Moreira
Controlador Geral



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA - PODER EXECUTIVO
CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2023 / QUADRIMESTRE: JANEIRO - ABRIL

| LRF, art. 48 - Anexo 7 | | R\$ 1,00 | |
|--|--|---|--|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | VALOR | |
| Receita Corrente Líquida | | | 1.248.953.532,01 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento | | | 1.245.460.189,10 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal | | | 1.241.080.353,02 |
| DESPESA COM PESSOAL | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | | 603.571.307,95 | 48,63% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54% | | 670.183.390,63 | 54,00% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,3% | | 636.674.221,10 | 51,30% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,6% | | 603.165.051,57 | 48,60% |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Dívida Consolidada Líquida | | -114.376.141,08 | -9,18% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | 1.494.552.226,92 | 120,00% |
| GARANTIAS DE VALORES | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Total das Garantias Concedidas | | 0,00 | 0,00% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | 274.001.241,60 | 22,00% |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | 20.292.342,73 | 1,63% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | 199.273.630,26 | 16,00% |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | 0,00 | 0,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | 87.182.213,24 | 7,00% |
| RESTOS A PAGAR | | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | | - | - |

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável pela publicação: SMFI. Data da Emissão: 25/05/2023.

NOTAS: 1 - Informações sujeitas a alterações. Se necessário, o relatório será republicado em momento oportuno.

2 - A versão completa do Relatório de Gestão Fiscal encontra-se publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município. Este Demonstrativo Simplificado do RGF encontra-se publicado também em Jornal de Grande Circulação conforme Art. 43 da IN 89/2013-TCE/PR.

Cristiane Miranda
Técnico em contabilidade
CRC/PR 64997/O-3

Lauro Luciano Stall
Secretário Municipal de
Finanças

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Cruz Moreira
Controlador Geral





Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro

Consoante às informações contidas no Processo nº 85289/2023 da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas sobre a REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO, temos a expor:

1) A solicitação foi efetuada pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas – SMGP, através do Processo nº 85289/2023, no percentual de 3,83% (três, oitenta e três por cento);

2) Consta como anexo sequência nº 6876816 a minuta do Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três, oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo a partir de 01 de junho de 2023, não sendo aplicada a presente reposição salarial aos subsídios pagos ao Prefeito e Vice-Prefeito de Araucária e Secretários Municipais do Município de Araucária;

3) O índice de gastos com pessoal está em 48,63% inferior ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), conforme publicado no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022 (anexo sequência nº 6878299) relativo ao período de maio de 2022 a abril de 2023;

4) Para o cálculo do custo da reposição salarial considerou-se o valor da folha de pagamento das Secretarias Municipais no mês de maio de 2023, contendo o 13º salário, 1/3 de férias e encargos patronais conforme apontado pela SMGP no Demonstrativo de Impacto Financeiro, anexo sequência nº. 6876953;

5) para efeito de cálculo, e orientado pelo Demonstrativo do Impacto Financeiro emitido pela SMGP (anexo sequência nº 6876953) tomou-se como base o valor a ser acrescido mensalmente por secretaria com a implantação da reposição salarial a partir de JUNHO DE 2023;

6) Consta como anexo sequência nº 6878417 a Declaração de Ordenador de Despesas atestando a existência de recursos orçamentários e financeiros ao demonstrar o saldo das dotações orçamentárias suficientes para o exercício de 2023. Desta forma, observamos que a presente contratação possui previsão orçamentária e financeira para o





exercício de 2023 a qual, no cenário atual, é condizente com a previsão de arrecadação não sendo descartada, caso necessário, a implantação de medidas de contenção de despesas futuras;

7) cabe ressaltar que o presente visa a reposição salarial dos servidores municipais, portanto **HAVERÁ** incremento na despesa com pessoal EM JUNHO DE 2023, além do crescimento vegetativo da folha, sem que tal incremento afete as metas estabelecidas, sendo possível a suplementação orçamentária caso necessário;

8) a indicação da previsão do gasto para o aumento de valor mensal, semestral e anual estão demonstradas nas tabelas a seguir:

PROJEÇÃO DE REAJUSTE PARA O ANO DE 2023 – PA Nº 85289/2023 – SMGP

| Mês/Ano | Dotação | Valor | Reajuste 3,83% | TOTAL JUNHO | JULHO A DEZEMBRO | DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO | TOTAL REAJUSTE 2023 |
|------------|---------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------------|---------------------|
| JUNHO/2023 | 319011 | R\$ 32.991.594,99 | R\$ 1.263.578,09 | R\$ 34.255.173,08 | R\$ 7.581.468,53 | R\$ 1.376.173,78 | R\$ 10.221.220,39 |
| | 319013 | 751572,11 | R\$ 28.785,21 | R\$ 780.357,32 | R\$ 172.711,27 | R\$ 28.785,21 | R\$ 230.281,69 |
| | 319016 | R\$ 2.939.835,17 | R\$ 112.595,69 | R\$ 3.052.430,86 | R\$ 675.574,12 | | R\$ 788.169,81 |
| | 319113 | R\$ 4.104.348,66 | R\$ 157.196,55 | R\$ 4.261.545,21 | R\$ 943.179,32 | R\$ 157.196,55 | R\$ 1.257.572,43 |
| | 319007 | 205,89 | R\$ 7,89 | R\$ 213,78 | R\$ 47,31 | R\$ 7,89 | R\$ 63,08 |
| TOTAL | | R\$ 40.787.556,82 | R\$ 1.562.163,43 | R\$ 42.349.720,25 | R\$ 9.372.980,56 | R\$ 1.562.163,43 | R\$ 12.497.307,41 |



DEMONSTRATIVO DO CUSTO MENSAL, SEMESTRAL E ANUAL REAJUSTE

| PERÍODO | DOTAÇÃO | QTDE MESES 13 (12 MESES + 1 MÊS - 13º SALÁRIO EM DEZEMBRO) | CUSTO POR MÊS | 2023 CUSTO (R\$) | 2024 CUSTO (R\$) | 2025 CUSTO (R\$) |
|---------------------|---------|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| JUNHO / 2023 | 319011 | 1 | R\$ 1.263.578,09 | R\$ 1.263.578,09 | | |
| | 319013 | 1 | R\$ 28.785,21 | R\$ 28.785,21 | | |
| | 319016 | 1 | R\$ 112.595,69 | R\$ 112.595,69 | | |
| | 319113 | 1 | R\$ 157.196,55 | R\$ 157.196,55 | | |
| | 319007 | 1 | R\$ 7,89 | R\$ 7,89 | | |
| SUB TOTAL | | | | 1.562.163,43 | | |
| JUL A DEZ / 2023 | 319011 | 1 | R\$ 1.263.578,09 | R\$ 8.957.642,30 | | |
| | 319013 | 1 | R\$ 28.785,21 | R\$ 201.496,48 | | |
| | 319016 | 1 | R\$ 112.595,69 | R\$ 675.574,12 | | |
| | 319113 | 1 | R\$ 157.196,55 | R\$ 1.100.375,88 | | |
| | 319007 | 1 | R\$ 7,89 | R\$ 55,20 | | |
| SUB TOTAL | | | | 10.935.143,98 | | |
| JAN A JUN / 2024 | 319011 | 1 | | | 7.581.468,53 | |
| | 319013 | 1 | | | 172.711,27 | |
| | 319016 | 1 | | | 675.574,12 | |
| | 319113 | 1 | | | 943.179,32 | |
| | 319007 | 1 | | | 47,31 | |
| SUB TOTAL | | | | | 9.372.980,56 | |
| JUL A DEZ / 2024 | 319011 | 1 | | | 8.957.642,30 | |
| | 319013 | 1 | | | 201.496,48 | |
| | 319016 | 1 | | | 675.574,12 | |
| | 319113 | 1 | | | 1.100.375,88 | |
| | 319007 | 1 | | | 55,20 | |
| SUB TOTAL | | | | | 10.935.143,98 | |
| JAN A JUN / 2025 | 319011 | 1 | | | | 7.581.468,53 |
| | 319013 | 1 | | | | 172.711,27 |
| | 319016 | 1 | | | | 675.574,12 |
| | 319113 | 1 | | | | 943.179,32 |
| | 319007 | 1 | | | | 47,31 |
| SUB TOTAL | | | | | | 9.372.980,56 |
| JUL A DEZ / 2025 | 319011 | 1 | | | | 8.957.642,30 |
| | 319013 | 1 | | | | 201.496,48 |
| | 319016 | 1 | | | | 675.574,12 |
| | 319113 | 1 | | | | 1.100.375,88 |
| | 319007 | 1 | | | | 55,20 |
| SUB TOTAL | | | | | | 10.935.143,98 |
| TOTAL GERAL | | | | 12.497.307,41 | 20.308.124,54 | 20.308.124,54 |





10) indicação do gasto total com despesa de pessoal atual e nos dois últimos exercícios e a projeção para os próximos dois exercícios, sem considerar a presente reposição salarial:

| DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, SEM A PROJEÇÃO DOS CUSTOS DO REAJUSTE, REFERENTE AOS 2 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS, O EXERCÍCIO ATUAL E PARA OS PRÓXIMOS 2 EXERCÍCIOS | | | | | |
|---|--|------------------------|--|------------------------|------------------------|
| PERÍODO | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| | Jan/Dez ^{1,2} | Jan/Dez ^{1,2} | Jan/Dez ^{1,2} | Jan/Dez ^{1,2} | Jan/Dez ^{1,2} |
| Despesa Pessoal | R\$ 480.084.489,32 | R\$ 569.399.650,27 | R\$ 603.571.307,95 | R\$ 603.571.307,95 | R\$ 603.571.307,95 |
| RCL | R\$ 1.075.081.817,07 | R\$ 1.239.127.119,53 | R\$ 1.241.080.353,02 | R\$ 1.241.080.353,02 | R\$ 1.241.080.353,02 |
| 1- DP: | RGF | RGF | RGF | 0,00% | 0,00% |
| 2- RCL: | RGF | RGF | RGF | 0,00% | 0,00% |
| FONTE DE DADOS: | 1 E 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE | | 1 E 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE | | |

11) projeção do impacto de gastos com pessoal da presente criação de funções e a correção de valor no exercício atual e nos dois exercícios subsequentes:

| DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ACRESCIDO DA PROJEÇÃO DOS CUSTOS DO REAJUSTE A PARTIR DE JUNHO DE 2023 | | | |
|--|--|------------------------|------------------------|
| Período | 2023 | 2024 | 2025 |
| | Jan/Dez ^{1,2} | Jan/Dez ^{1,2} | Jan/Dez ^{1,2} |
| Despesa Pessoal | R\$ 616.068.615,36 | R\$ 623.879.432,49 | R\$ 623.879.432,49 |
| RCL | R\$ 1.241.080.353,02 | R\$ 1.241.080.353,02 | R\$ 1.241.080.353,02 |
| 1- DP: | RGF | 0,00% | 0,00% |
| 2- RCL: | RGF | 0,00% | 0,00% |
| FONTE DE DADOS: | 1 E 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE | | |





DEMONSTRATIVO DO IMPACTO DO REAJUSTE SOBRE A RCL A PARTIR DE JUNHO DE 2023

| Período | 2023 | 2024 | 2025 |
|-----------------------------|--|------------------------|------------------------|
| | Jan/Dez ^{1 2} | Jan/Dez ^{1 2} | Jan/Dez ^{1 2} |
| RCL | R\$ 1.241.080.353,02 | R\$ 1.241.080.353,02 | R\$ 1.241.080.353,02 |
| 1 - % sobre RCL | 1,0070% | 1,6363% | 1,6363% |
| 2 – Índice de Pessoal Total | 49,64% | 50,27% | 50,27% |
| 2 - RCL: | 1 E 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE | | |

Araucária, 21 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
LAURO LUCIANO STALL

977.676.629-34
21/06/2023 16:18:11

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LAURO LUCIANO STALL
Secretário Municipal de Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 21/06/2023 16:18:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/64934d011b614>
POR: LAURO LUCIANO STALL - (977.676.629-34) EM: 21/06/2023 16:18





Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

PROJETO DE LEI Nº 2.598, DE 22 DE JUNHO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica.

Art. 1º Fica autorizada a concessão de reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) nos vencimentos, salários, proventos de aposentadoria e pensões aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, a partir de 01 de junho de 2023.

§ 1º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos subsídios pagos ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Araucária.

§ 2º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos salários dos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, conforme previsto no art. 2º-A da Lei Municipal nº 1659 de 03 de julho de 2006.

§ 3º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos proventos de aposentadoria e pensões dos servidores que não possuem direito a paridade.

Art. 2º Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.945, de 17 de agosto de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Piso Salarial dos Profissionais do Magistério no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Araucária, para jornada semanal de 40 (quarenta) horas, passa a ser de R\$ 3.992,92 (três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos), a partir de 01 de junho de 2023.”

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ressalvada sua eficácia na forma disposta nos arts. 1º e 2º.

Prefeitura do Município de Araucária, 22 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
HISSAM HUSSEIN DEHAINI

233.850.819-04
22/06/2023 15:53:57

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Processo nº 85289/2023

41 3614-1693

Rua Pedro Drucker, 111 - CEP 83702-280 - Centro - Araucária / PR

Documento Assinado Digitalmente em 22/06/2023 15:54:20 por



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

Ofício Externo nº 3251/2023

Araucária, 22 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

Assunto: Projeto de Lei nº 2.598/2023 – “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo”.

Senhor Presidente,

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação, o Projeto de Lei nº 2.598/2023, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo.

A reposição salarial para os servidores públicos ora proposta é de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), visa recompor a perda do poder aquisitivo que o salário teve desde a última reposição realizada em Junho de 2022 (Lei nº 3.898/2022). O reajuste proposto está dentro das condições financeiras do nosso Município, previsto no Orçamento vigente, demonstrado no impacto orçamentário-financeiro e na declaração do ordenador de despesas.

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais Vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Assinado digitalmente por:
HISSAM HUSSEIN DEHAINI

233.850.819-04
22/06/2023 15:53:28

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Processo nº 85289/2023

7014 1593



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - PRESIDENTE

Encaminha o ofício nº 3251/2023 e Projeto de Lei nº 2.598/2023 e demais anexos.

Araucária, 22/06/2023 16:24

ALESSANDRA PATRICIA SKURA KULIGOVSKI
SMGO - DIREÇÃO GERAL



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

SEGUE AO DIPROLE PARA INCLUSÃO DOS EXPEDIENTES RECEBIDOS NA PRÓXIMA SESSÃO PLENÁRIA.

Araucária, 22/06/2023 16:27

JOCELI TEREZINHA VAZ TORRES
CMA - PRESIDENTE

**Comprovante de Envio de Arquivos por E-mail**

Comprovante de envio do(s) documento(s) 2.598-2023.pdf, enviado as 09:18hrs do dia 27/06/2023 para os seguintes destinatários:

| Código | Nome | CPF/CNPJ | E-mail |
|---------|------------------------------|----------------|---|
| 120154 | PEDRO FERREIRA DE LIMA | 633.689.869-53 | gab_pedro.ferreira@araucaria.pr.leg.br |
| 259810 | IRINEU CANTADOR | 307.519.939-72 | vereadoririneucantador@gmail.com |
| 533106 | RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA | 030.676.329-07 | ver.ricardoteixeira45@gmail.com |
| 553751 | FABIO ALMEIDA PAVONI | 052.381.579-40 | pavonifabiopavoni@gmail.com |
| 705845 | BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA | 790.676.469-20 | gabinetebenhur@gmail.com |
| 712965 | CELSON NICACIO DA SILVA | 962.692.606-63 | gesilenerosa92@gmail.com |
| 879029 | EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS | 004.091.719-30 | castilhoseduardo@hotmail.com |
| 1542249 | VILSON CORDEIRO | 037.688.759-11 | gab_vilson.cordeiro@araucaria.pr.leg.br |
| 1895753 | APARECIDO RAMOS ESTEVÃO | 620.959.941-91 | aparecidodareciclagem@gmail.com |
| 1998080 | SEBASTIAO VALTER FERNANDES | 813.551.739-49 | svalter.fernandes@gmail.com |
| 2068800 | VAGNER JOSÉ CHEFER | 094.695.659-67 | vagjosechefer@gmail.com |

Informações da Mensagem de E-mail:**Assunto:**

Envio de Arquivos por Email

Mensagem:

Este e-mail refere-se ao envio do arquivo 2.598/2023. Proposição recebida na 97ª sessão ordinária do dia 27.06.2023.

O(s) documento(s) encontra(m)-se em anexo.

FOLHA DE INFORMAÇÃO

À Diretoria Jurídica:

Para Parecer.

Informamos que o presente Projeto de Lei, foi recebido na 97ª sessão ordinária do dia 27/06/2023 com regime de urgência aprovado em plenário nesta sessão, de acordo com os artigos 151 e 152 do Regimento Interno. I - o pronunciamento das Comissões Permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de 72 (setenta e duas) horas, contado da aprovação do regime de urgência.

Em 27 de Junho de 2023.

Enerzon Darcy Harger Vieira
DIRETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO



Assinado digitalmente por:
ENERZON DARCY HARGER
VIEIRA

624.809.289-34
27/06/2023 10:34:57

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Segue ao Setor Jurídico para emissão de Parecer.

Araucária, 27/06/2023 10:36

HUGO EDUARDO DE GOSS
CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA JURÍDICA

Segue ao Setor Jurídico para emissão de Parecer.

Araucária, 27/06/2023 10:37

HUGO EDUARDO DE GOSS
CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 86192/2023

CÓDIGO VERIFICADOR Nº I3CNZRA1

PROJETO DE LEI Nº 2598/2023

EMENTA: “*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REPOSIÇÃO SALARIAL DE 3,83% (TRÊS VÍRGULA OITENTA E TRÊS POR CENTO) AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, E DO PODER LEGISLATIVO, CONFORME ESPECIFICA*”.

INICIATIVA: PREFEITO

PARECER Nº 157/2023

1. DO RELATÓRIO

O Senhor Prefeito encaminha projeto de lei em epígrafe que concede reposição de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) sobre os vencimentos, salários, provento de aposentadoria e pensões aos servidores do Poder Executivo, Legislativo da Administração Direta e Indireta.

Em sua mensagem, encaminhada pelo Ofício Gabinete nº 3251/2023, o Executivo Municipal fundamenta que “A reposição salarial para os servidores públicos ora proposta é de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), visa recompor a perda do poder aquisitivo que o salário teve desde a última reposição realizada em Junho de 2022 (Lei nº 3.898/2022). O reajuste proposto está dentro das condições financeiras do nosso Município, previsto no Orçamento vigente, demonstrado no impacto orçamentário-financeiro e na declaração do ordenador de despesas.”

Após breve relatório passamos para análise jurídica.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

2. DA ANÁLISE JURÍDICA

Segundo o art. 41, I da Lei Orgânica do Município, compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de projetos de lei que aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores.

Conforme determinação do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, transcrita no inciso XI do art. 60 da LOMA é assegurada revisão geral anual sempre no mês de junho, sem distinção de índices, respeitados os limites constitucionais, senão vejamos:

“Art. 60 – Aplicam-se à Administração Pública Municipal os seguintes preceitos reguladores:

(...)

XI – a remuneração dos servidores públicos e os subsídios de que tratam os incisos VII e VIII do art. 11 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa de cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre no mês de junho e sem distinção de índices, respeitados os limites constitucionais.”

Do excerto acima temos que compete ao Legislativo propor a revisão anual de seus servidores em projeto de lei distinto, desta feita recomendamos que a Câmara Municipal apresente projeto de lei em separado concedendo o reajuste aos seus servidores, acatando-se a recomendação indicamos a supressão do Poder Legislativo no Projeto de Lei nº 2598/2023.

Acostados aos autos consta a Projeção Decorrente Reposição 3,83%, Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Demonstrativo de Garantias e Contragarantias de valores, Demonstrativo das Operações de Crédito, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, com projeção de reajuste para o ano de 2023.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Em consulta ao **Processo Eletrônico nº 85289/2023, código verificador LZ10PDTM**, verificamos que constam os seguintes documentos: 1- Relatório da Secretaria Municipal de Governo; 2- Declaração de Ordenador de Despesa; 3- Parecer PGM nº 911/2023.

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal do período de Maio/2022 a Abril/2023, o qual traz a despesa com pessoal e a demonstração do limite máximo e prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, incisos I, II e III do art. 20 e parágrafo único do art. 22.

Ademais, no Demonstrativo de Impacto Financeiro, na projeção consta também o impacto quanto ao aumento do Piso Salarial dos Profissionais do Magistério, conforme previsão do art. 2º do presente Projeto de Lei.

O Senhor Prefeito declara que a reposição salarial de 3,83% está compatível com as leis de orçamento vigente.

Insta observar que a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal determinam o limite com gasto de pessoal.

O art. 169, § 1º, I e II da Constituição Federal c/c art. 64, § 3º, I, "a" e "b" da Lei Orgânica do Município estabelece que a concessão de qualquer vantagem não poderá exceder ao limite estabelecido pela Lei Complementar Federal e só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

O § 3º do art. 64 da Lei Orgânica do Município determina que a despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder ao limite de sessenta por cento da Receita Corrente Líquida Municipal estabelecido em Lei Complementar Federal nº 96, 31 de maio de 1999, revogada pela Lei Complementar nº 101/2000:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(...)

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Portanto, temos que o limite com gasto de pessoal na esfera municipal para o Executivo é de 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida. E o limite prudencial estabelecido é de 95% (noventa e cinco por cento) desse limite para despesa de pessoal, consignado no parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, em sendo assim, o Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro expõe que o índice de gastos com pessoal está em 48,63%, inferior ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e ainda traz a projeção dos custos do reajuste neste exercício e nos dois seguintes, bem como a Declaração de Ordenador de Despesa declara que a reposição é compatível com o Plano Plurianual 2022-2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e possui a devida previsão Orçamentária para 2023.

Com relação a concessão de reajuste aos servidores deste Legislativo, como já observamos acima, deveria ser realizada em projeto de lei próprio, e deverá respeitar os requisitos exigidos pela LRF e Constituição Federal.

Com o advento da Lei Complementar nº 101/2000, dividiu-se a porcentagem do limite em 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

A Emenda Constitucional nº 25/2000 acrescentou o art. 29-A, determinando que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar seis por cento para Municípios com população entre cem mil e trezentos mil habitantes.

A LRF dispõe que é nulo de pleno direito ato que provoque aumento que não atenda as exigências dos arts. 16 e 17.

A geração de despesa obrigatória de caráter continuado sem a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e sem a demonstração da origem de recursos para seu custeio encontra óbice na lei de responsabilidade fiscal.

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo. (grifos nossos)

Assim dispõem os arts. 16, I e II e 17, “caput”:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifei)

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Em permanecendo o reajuste dos servidores deste Legislativo no presente projeto de lei, deve constar nos autos a declaração do ordenador da despesa desta Casa de Leis que a despesa não afetará o limite imposto pela Lei Complementar e na Constituição Federal, bem como a existência de prévia dotação orçamentária e recursos financeiros, e, ainda, que há previsão da referida despesa no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Orçamento e, ainda a projeção da despesa deste exercício e dos dois subsequentes.

O texto constitucional em seu inciso X do art. 37 garante ao servidor a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índice, e a nossa Lei Orgânica dispõe o mês de junho para assegurar aos servidores esta revisão:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

3. DA CONCLUSÃO

Outrossim, entendemos que a Administração Pública poderá conceder reajuste geral aos seus servidores ainda neste ano, desde que limitado à variação de índice de inflação oficialmente reconhecido.

Pelo exposto, salvo melhor entendimento, somos pelo trâmite regimental.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Observamos que a presente proposição segue devidamente as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, desta forma, em atendimento à boa técnica legislativa.

Diante do previsto no art. 52, I e II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento** as quais caberão lavrar os pareceres ou solicitarem informações que entenderem necessárias.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 27 de Junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
LEILA MAYUMI KICHISE

872.854.109-00
27/06/2023 10:53:01

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Leila Mayumi Kichise

OAB/PR Nº 18.442

Maria Eduarda Alexandre

Estagiária de Direito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/06/2023 10:53:03-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://ic.atende.net/tp649a9gdab902>.
POR LEILA MAYUMI KICHISE - (872.854.109-00) EM 27/06/2023 10:53





Processo nº 86192/2023

GUIA DE TRAMITAÇÃO

À CMA - PRESIDENTE

Na Diretoria Jurídica

Certifico que fiz juntada ao Parecer Jurídico nº 157/2023, contendo 07 (sete) laudas.

Posto isto, segue à Presidência para providências.

Araucária, 27/06/2023 10:55

MARIA EDUARDA ALEXANDRE
CMA - DIRETORIA JURÍDICA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

De: Presidência
Para: Comissões Técnicas

Encaminhamos o Processo Legislativo nº 86192/2023 (Projeto de Lei nº 2598/2023) à Sala das Comissões Técnicas, para prosseguimento regimental.

Araucária, 27 de Junho de 2023.

Atenciosamente,



Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
27/06/2023 11:10:07

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Ben Hur Custódio De Oliveira
PRESIDENTE





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - SALA DAS COMISSÕES

FOLHA DE INFORMAÇÃO SEGUE PARA COMISSÕES TÉCNICAS.

Araucária, 27/06/2023 11:12

JOCELI TEREZINHA VAZ TORRES
CMA - PRESIDENTE



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

ENCAMINHADO AO GABINETE DO VEREADOR PEDRO DE LIMA PARA EMISSÃO DE PARECER EM CONJUNTO Nº 161/2023-CJR E 58/2023 - CFO EM SETE DIAS ÚTEIS.

Araucária, 27/06/2023 14:57

BARBARA FELIPPE MOREIRA
CMA - SALA DAS COMISSÕES



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL

SEGUE PARA ANEXAR DECLARAÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESA E
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Araucária, 27/06/2023 15:36

KAUANA GOUVEIA ZITHOVSKI
CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

ESTIMATIVA DE CUSTOS REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 2.598/2023
Reposição Salarial de 3,83% aos Servidores do Poder Legislativo

PROCESSO LEGISLATIVO Nº: 86.192/2023

| SERVIDORES | VAGAS | PROVENTOS MENSIS ATUAIS | ACRESCIMO REAJUSTE 3,83% | PROVENTOS MENSIS REAJUSTADOS | DECIMO TERCEIRO | 1/3 FÉRIAS | ACRESCIMO ANUAL (3,83%) |
|-----------------------------|-------|----------------------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------|------------|----------------------------|
| EFETIVOS (FPMA) | 43 | 305.341,74 | 11.694,59 | 317.036,33 | 11.694,59 | 3.898,20 | 155.927,85 |
| EFETIVOS EM COMISSÃO (FPMA) | 5 | 51.000,00 | 1.953,30 | 52.953,30 | 1.953,30 | 651,10 | 26.044,00 |
| COMISSIONADOS PMA (FPMA) | 3 | 49.176,00 | 1.883,44 | 51.059,44 | 1.883,44 | 627,81 | 25.112,54 |
| COMISSIONADOS (INSS) | 59 | 536.056,89 | 20.530,98 | 556.587,87 | 20.530,98 | 6.843,66 | 273.746,39 |
| TOTAL | 110 | 941.574,63 | 36.062,31 | 977.636,94 | 36.062,31 | 12.020,77 | 480.830,78 |

Quadro 1

| ESTIMATIVA ANUAL | 2023* | 2024 | 2025 |
|-----------------------------|------------|------------|------------|
| EFETIVOS (FPMA) | | | |
| ACRESCIMO REMUNERAÇÃO | 97.454,91 | 155.927,85 | 155.927,85 |
| FPMA PATRONAL** | 14.033,51 | 23.564,60 | 24.324,74 |
| TOTAL ANUAL | 111.488,41 | 179.492,44 | 180.252,59 |
| ALÍQUOTAS PATRONAL FPMA | 15% | 15,5% | 16% |
| ESTIMATIVA ANUAL | 2023* | 2024 | 2025 |
| EFETIVOS EM COMISSÃO (FPMA) | | | |
| ACRÉSCIMO REMUNERAÇÃO | 16.277,50 | 26.044,00 | 26.044,00 |
| PROVENTOS CARGO ORIGEM*** | 7.543,36 | 12.257,96 | 12.257,96 |
| FPMA PATRONAL** | 1.131,50 | 1.899,98 | 1.961,27 |
| TOTAL ANUAL | 17.409,00 | 27.943,98 | 28.005,27 |
| ALÍQUOTAS PATRONAL FPMA | 15% | 15,5% | 16% |
| ESTIMATIVA ANUAL | 2023* | 2024 | 2025 |
| COMISSIONADOS PMA (FPMA) | | | |
| ACRESCIMO REMUNERAÇÃO | 15.695,34 | 25.112,54 | 25.112,54 |
| PROVENTOS CARGO ORIGEM*** | 3.013,39 | 4.896,71 | 4.896,71 |
| FPMA PATRONAL** | 452,01 | 758,99 | 783,47 |
| TOTAL ANUAL | 16.147,35 | 25.871,53 | 25.896,02 |
| ALÍQUOTAS PATRONAL FPMA | 15% | 15,5% | 16% |
| ESTIMATIVA ANUAL | 2023* | 2024 | 2025 |
| COMISSIONADOS (INSS) | | | |
| ACRÉSCIMO REMUNERAÇÃO | 171.091,49 | 273.746,39 | 273.746,39 |
| INSS PATRONAL | 35.929,21 | 57.486,74 | 57.486,74 |
| TOTAL ANUAL | 207.020,70 | 331.233,13 | 331.233,13 |
| ALÍQUOTAS PATRONAL INSS | 21% | 21% | 21% |
| TOTAL GERAL | 352.065,47 | 564.541,09 | 565.387,01 |

Quadro 2

*Para o ano 2023 foram considerados os meses de junho a dezembro (incluindo décimo terceiro e férias 1/3)

** Para o cálculo do FPMA PATRONAL não foi considerado férias 1/3.

*** PROVENTOS CARGO ORIGEM - utilizado para cálculo FPMA PATRONAL



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIVISÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Segue Projeto de Lei com estimativa de custo.
Att,
Cléia

Araucária, 27/06/2023 17:02

CLEIA APARECIDA MOREIRA
CMA - DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL

ABR-2023
Projeção IPCA

2023 2024 2025
5,11% 4,13% 4,00%

BASE:

Assinado digitalmente por:
EDUARDO DE FARIA BLASZCZAK
092.967.409-08
28/06/2023 12:55:32
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

| (a) DESPESAS CORRENTES REALIZADAS (Empenhos e restos a pagar liquidados) | | | | (b) DESPESAS CORRENTES a REALIZAR b.1. projeção das despesas correntes | | | | (c) DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Fixadas (2023) e projetadas (2024/2025) | | | | (d) SUFFICIENCIA ORÇAMENTÁRIA (c - (b.1 + b.2)) | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|---|---------------|---------------|---------------|---|----------------|----------------|---------------|--|---------------|---------------|---------------|
| | EXERC. ANT. (2021) | EXERC. ANT. (2022) | MÊS BASE (MAI/23) | ATÉ MÊS BASE (JAN/MAI/23) | 2023 | 2024 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2023 | 2025 |
| 300000 DESPESAS CORRENTES | 16.707.396,55 | 20.274.115,07 | 1.618.940,48 | 8.254.529,68 | 22.178.029,41 | 26.070.089,32 | 29.441.276,16 | 352.065,47 | 564.541,09 | 565.387,00 | 38.300.000,00 | 46.181.086,65 | 51.043.334,90 | 15.769.905,12 | 19.546.886,24 |
| 310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 14.186.274,45 | 16.476.998,03 | 1.277.114,48 | 6.516.786,04 | 17.677.390,01 | 20.291.639,87 | 22.477.527,88 | 352.065,47 | 564.541,09 | 565.387,00 | 24.195.000,00 | 29.590.783,62 | 32.748.885,00 | 6.165.544,52 | 8.734.402,66 |
| 319004 Contratação por tempo determinado | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 56.000,00 | 64.018,08 | 68.733,52 | 50.000,00 | 64.018,08 |
| 319007 Contribuições a entidades fechadas de previdência | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 50.000,00 | 56.198,26 | 62.485,02 | 50.000,00 | 56.198,26 |
| 319011 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil | 12.121.485,79 | 13.153.882,71 | 1.034.289,36 | 5.250.430,66 | 14.122.478,41 | 15.173.764,77 | 16.206.161,68 | R\$ 300.519,24 | R\$ 480.830,78 | R\$ 480.830,78 | 19.800.000,00 | 23.046.509,77 | 24.744.067,92 | 5.377.002,35 | 7.391.914,22 |
| 319013 Contribuições patronais | 1.314.972,87 | 1.516.583,11 | 126.777,66 | 631.446,17 | 1.564.070,79 | 1.787.081,01 | 1.980.791,32 | R\$ 57.486,74 | R\$ 57.486,74 | R\$ 57.486,74 | 1.600.000,00 | 1.862.344,22 | 2.500.000,00 | 0,00 | 17.776,47 |
| 319016 Outras despesas variáveis - pessoal civil | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 30.000,00 | 34.918,95 | 37.491,01 | 30.000,00 | 34.918,95 |
| 319067 Depósitos compulsórios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 50.000,00 | 56.198,26 | 62.485,02 | 50.000,00 | 56.198,26 |
| 319081 Sentenças judiciais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 50.000,00 | 56.198,26 | 62.485,02 | 50.000,00 | 56.198,26 |
| 319082 Despesas de exercícios anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 150.000,00 | 174.594,77 | 187.455,06 | 149.253,13 | 174.594,77 |
| 319084 Indenizações e restituições trabalhistas | 135.684,42 | 1.168.715,14 | 65.506,36 | 382.994,55 | 1.350.000,00 | 2.679.011,97 | 3.617.133,14 | - | - | - | 1.350.000,00 | 3.000.000,00 | 3.700.000,00 | 0,00 | 320.988,03 |
| 319113 Contribuições patronais | 624.251,37 | 635.711,00 | 49.854,23 | 251.167,79 | 640.083,94 | 651.982,12 | 683.441,74 | R\$ 15.617,02 | R\$ 26.223,57 | R\$ 27.069,48 | 1.030.000,00 | 1.198.884,09 | 1.287.191,41 | 374.289,04 | 520.678,40 |
| 319191 Sentenças judiciais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.000,00 | 17.459,48 | 18.745,51 | 15.000,00 | 17.459,48 |
| 319192 Despesas de exercícios anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.000,00 | 17.459,48 | 18.745,51 | 15.000,00 | 17.459,48 |
| 330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.511.122,10 | 3.797.127,04 | 341.856,00 | 1.737.745,64 | 4.508.639,40 | 5.778.849,45 | 6.963.748,28 | - | - | - | 14.105.000,00 | 16.590.305,03 | 18.293.449,91 | 9.694.360,60 | 10.811.453,58 |
| 339008 Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.000,00 | 17.459,48 | 18.745,51 | 15.000,00 | 17.459,48 |
| 339014 Diárias - civil | 490,00 | 38.486,16 | 752,44 | 1.126,66 | 5.797,39 | 42.033,66 | 80.029,84 | - | - | - | 150.000,00 | 180.414,60 | 193.703,56 | 149.202,81 | 136.380,94 |
| 339030 Material de consumo | 73.882,12 | 83.522,71 | 17.974,73 | 99.392,97 | 310.024,75 | 477.299,25 | 624.615,16 | - | - | - | 505.000,00 | 587.802,40 | 631.098,70 | 194.975,25 | 110.503,15 |
| 339031 Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 75.000,00 | 87.297,39 | 93.727,63 | 75.000,00 | 87.297,39 |
| 339032 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 30.000,00 | 34.918,95 | 37.491,01 | 30.000,00 | 34.918,95 |
| 339033 Passagens e despesas com locomoção | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 165.000,00 | 192.054,25 | 206.200,57 | 157.983,23 | 177.311,87 |
| 339034 Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.000,00 | 17.459,48 | 18.745,51 | 15.000,00 | 17.459,48 |
| 339035 Serviços de consultoria | 206.744,15 | 322.989,08 | 14.578,48 | 93.521,21 | 319.712,16 | 407.861,84 | 501.069,95 | - | - | - | 165.000,00 | 192.054,25 | 206.200,57 | 165.000,00 | 192.054,25 |
| 339036 Outros serviços de terceiros - pessoa física | 688.632,92 | 1.113.241,11 | 94.525,35 | 472.626,75 | 1.278.125,78 | 1.709.679,54 | 2.080.212,99 | - | - | - | 670.000,00 | 779.856,64 | 837.299,27 | 350.287,84 | 371.994,80 |
| 339037 Locação de mão-de-obra | 446.038,95 | 520.868,66 | 66.099,78 | 248.690,52 | 608.973,30 | 708.452,28 | 785.813,09 | - | - | - | 1.500.000,00 | 1.745.947,71 | 2.100.000,00 | 221.874,22 | 36.288,17 |
| 339039 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica | 802.910,36 | 1.360.391,64 | 117.792,00 | 592.256,17 | 1.505.638,18 | 1.966.159,75 | 2.359.213,09 | - | - | - | 8.130.000,00 | 9.486.315,89 | 10.185.058,26 | 7.540.026,70 | 8.779.863,61 |
| 339046 Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica | 303.400,36 | 303.391,64 | 28.801,94 | 170.872,65 | 423.796,41 | 394.241,53 | 421.428,81 | - | - | - | 900.000,00 | 1.047.568,63 | 1.124.730,36 | 476.263,59 | 653.327,10 |
| 339047 Obrigações tributárias e contribuições | 259,50 | 289,50 | - | - | 280,17 | 263,79 | 267,82 | - | - | - | 20.000,00 | 23.279,30 | 24.894,01 | 19.739,83 | 23.015,51 |
| 339049 Auxílio-transporte | 19.413,33 | 49.194,70 | 1.301,28 | 16.661,19 | 29.811,80 | 39.938,27 | 57.841,55 | - | - | - | 90.000,00 | 104.756,86 | 112.473,04 | 60.186,20 | 64.818,59 |
| 339067 Depósitos compulsórios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.000,00 | 17.459,48 | 18.745,51 | 15.000,00 | 17.459,48 |
| 339081 Sentenças judiciais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 30.000,00 | 34.918,95 | 37.491,01 | 30.000,00 | 34.918,95 |
| 339082 Despesas de exercícios anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.000,00 | 23.279,30 | 24.894,01 | 19.739,83 | 23.015,51 |
| 339093 Indenizações e restituições | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15.000,00 | 17.459,48 | 18.745,51 | 15.000,00 | 17.459,48 |

| (a) DESPESAS REALIZADAS | | | | b.1. projeção das despesas com pessoal | | | | b.2. acréscimo da despesa em análise | | | | TOTAL DA PROJEÇÃO DTPLRF | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------------------|--|------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | EXERC. ANT. (2021) | EXERC. ANT. (2022) | (MAIO/2022 e ABRIL/2023) | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 |
| ITEMS PARA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PESSOAL | 2º EXERC. ANT. (2021) | 2º EXERC. ANT. (2022) | (MAIO/2022 e ABRIL/2023) | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | não disponível | não disponível | 1.284.129,83 | 1.412.542,81 | 1.553.797,09 | 1.703.176,80 | 27.617,97 | 45.157,10 | 46.336,83 | 46.336,83 | 1.598.954,20 | 1.440.160,79 | 1.598.954,20 | 1.755.515,64 | 1.755.515,64 |
| Outras Despesas de Pessoal (Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)) | não disponível | não disponível | 213.635,69 | 234.999,18 | 258.949,26 | 284.349,10 | 4.594,69 | 7.512,61 | 7.709,21 | 7.709,21 | 239.593,95 | 266.011,80 | 292.058,31 | 292.058,31 | 292.058,31 |
| Recalculação Corrente Líquida do Município (RCL) | 1.075.081.817,07 | 1.241.660.272,22 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 | 1.241.080.353,02 |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 15.050.576,64 | 16.520.090,65 | 17.058.127,21 | 17.974.592,08 | 18.425.124,18 | 20.553.503,66 | 384.276,14 | 617.210,60 | 619.450,04 | 619.450,04 | 18.359.210,22 | 20.042.334,98 | 21.473.355,69 | 21.473.355,69 | 21.473.355,69 |
| % sobre a RCL | 1,40% | 1,33% | 1,37% | 1,45% | 1,57% | 1,68% | 0,03% | 0,05% | 0,05% | 0,05% | 1,48% | 1,61% | 1,73% | 1,73% | 1,73% |

| (a) DESPESAS REALIZADAS | | | | b.1. projeção das despesas com pessoal | | | | b.2. acréscimo da despesa em análise | | | | TOTAL DA PROJEÇÃO LRF 29-A | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------------------|--|---------------|---------------|---------------|--------------------------------------|------------|------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | EXERC. ANT. (2021) | EXERC. ANT. (2022) | (MAIO/2022 e ABRIL/2023) | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 |
| ITEMS PARA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PESSOAL | 2º EXERC. ANT. (2021) | 2º EXERC. ANT. (2022) | (MAIO/2022 e ABRIL/2023) | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 | 2023 | 2024 | 2025 | 2025 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 14.196.274,45 | 16.476.998,03 | 1.277.114,48 | 6.516.786,04 | 17.677.390,01 | 20.291.639,87 | 22.477.527,88 | 352.065,47 | 564.541,09 | 565.387,00 | 24.195.000,00 | 29.590.783,62 | 32.748.885,00 | 32.748.885,00 | 32.748.885,00 |
| DEDUÇÕES PERMITIDAS PELO ART. 24 DA IN 72/2012 DO TCE/PR | 1.939.124,24 | 2.154.294,11 | 1.765.571,89 | 882.613,96 | 2.204.164,73 | 2.439.063,13 | 2.654.233,06 | 51.546,23 | 83.710,31 | 84.556,22 | 2.630.000,00 | 3.061.238,32 | 3.787.191,41 | 3.787.191,41 | 3.787.191,41 |
| PERCENTUAL AJUSTADO (LÍMITE MÁX. 70%) | 73,38% | 70,05% | 67,98% | 68,26% | 69,77% | 69,45% | 67,35% | 56,31% | 57,45% | 56,31% | 56,31% | 56,31% | 56,31% | 56,31% | 56,31% |



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

PARECER DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA Nº. 03/2023

Assunto: parecer de adequação financeira e orçamentária referente as despesas decorrentes do Projeto de Lei n.º 2.598/2023, autuado através do processo administrativo n.º 86192/2023, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% aos servidores do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica.

Nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, referindo-se ao impacto orçamentário-financeiro, as despesas decorrentes do Projeto de Lei nº 2.598/23, de 22 de junho de 2023, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% aos servidores do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica, encontram adequação orçamentária e financeira, como também, compatibilidade com a Lei do Plano Plurianual (Lei nº 3.739/2021), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº. 4.005/2022) e com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº. 4.045/2022).

A origem dos recursos, conforme estabelece o art.17, § 1º, da LRF nº 101/2000, está no orçamento do Poder Legislativo na dotação 3.3.1.90 – Aplicação Direta.

Em se tratando do cumprimento estabelecido pelo inciso II do art. 29-A da Constituição Federal, em que o gasto total com folha de pagamento não poderá ultrapassar 6% da RCL do Município, conforme demonstrativo anexo, declara-se que no ano de 2023 a apuração de gastos ficará em 1,48%, no ano de 2024 em 1,61% e em 2025 o índice de 1,73%, sendo respeitados os limites constitucionais estabelecidos.

É o parecer.



Assinado digitalmente por:
EDUARDO DE FARIA BLASZCZAK

092.967.409-08
28/06/2023 12:56:04

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Eduardo de Faria Blaszczak
Chefe Financeiro



Assinado digitalmente por:
MICHELI TEIXEIRA

034.740.639-44
28/06/2023 13:58:57

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Araucária, 28 de junho de 2023.

Micheli Teixeira
Diretora Financeira



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Declaro, com base nas informações prestadas pela Diretoria Financeira, que a despesa especificada para o processo administrativo nº 87925/2023, Projeto de Lei nº 2598/2023, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% aos servidores do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica, não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 4.005/2022), possui **adequação e previsão orçamentária** na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.075/2022) e **compatibilidade** com a Lei do Plano Plurianual (Lei nº 3.739/2021), estando em conformidade com o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Declaro ainda que a despesa a ser majorada não compromete o limite máximo de despesa com folha de pagamento previsto no artigo 29-A da Constituição Federal, nem o limite de gastos com pessoal, fixado nos artigos 18 a 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Araucária, 28 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
28/06/2023 13:34:04

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA

Segue processo com impacto e declaração de ordenador.

Araucária, 28/06/2023 12:58

EDUARDO DE FARIA BLASZCZAK
CMA - DIVISÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PARECER CONJUNTO Nº 161/2023 – CJR, Nº 58/2023 – CFO

Da Comissão de Justiça e Redação em conjunto com a Comissão de Finanças e Orçamento, sobre o **projeto de lei nº 2598/2023**, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Hissam Hussein Dehaini que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica”

I – RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei nº 2598/2023, de autoria do Chefe do Executivo Municipal, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica.

Justifica o Senhor Prefeito, que o projeto de lei: “A reposição salarial para os servidores públicos ora proposta é de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), visa recompor a perda do poder aquisitivo que o salário teve desde a última reposição realizada em Junho de 2022 (Lei nº 3.898/2022). O reajuste proposto está dentro das condições financeiras do nosso Município, previsto no Orçamento vigente, demonstrado no impacto orçamentário-financeiro e na declaração do ordenador de despesas”

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

É importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

ax: (41) 3641-5200





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria do Prefeito em Projetos de Lei, conforme o Art. 56, III, e o artigo 40, § 1º, *b*, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

Destaca-se a competência privativa do prefeito em elaboração de projetos de lei que aumentem vencimento ou vantagens dos servidores. (Lei Orgânica Municipal de Araucária, art. 41, incisos I).

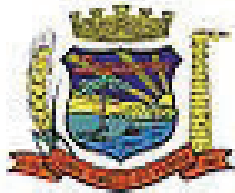
“Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

I – criem cargos, funções ou empregos públicos, e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;”

Subsequentemente, a Lei Orgânica de Araucária prevê no art. 60, inciso XI, prevê que é preceito regulador da administração pública, a remuneração dos servidores públicos, o qual a propositura se enquadra. Veja:

ax: (41) 3641-5200





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

“Art. 60 Aplicam-se à Administração Pública Municipal os seguintes preceitos reguladores:

(...)

XI – a remuneração dos serviços públicos e os subsídios de que tratam os incisos VII e VIII do art. 11 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre no mês de junho e sem distinção de índices, respeitados os limites constitucionais;”

A Constituição Federal também disciplina sobre a remuneração dos servidores públicos:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;”

Destaca-se, que o projeto de lei, faz reajuste no salário do servidor com aumento de 3,83% que visa recompor a perda do poder aquisitivo que o salário teve desde a última reposição realizada em Junho de 2022 (Lei nº 3.898/2022).

Dando continuidade com a análise, a propositura cumpre com o Art. 169 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre as despesas de gastos com pessoal, bem como com a lei complementar 101/2000.

Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de Justiça e Redação examinar, a propositura esta com a documentação necessária para dar seguimento a regular tramitação do projeto de lei, deste modo, somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 2.598/2023 após consulta ao Processo Administrativo nº 85289/2023.

Cumpramos ressaltar que a presente proposição atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ax: (41) 3641-5200





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada encontra-se em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.

III – ANÁLISE DA COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Finanças e Orçamento a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, conforme segue:

“Art. 52. Compete:

II – à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Dessa forma, cabe também a esta Comissão de Finanças e Orçamento, o processamento do presente projeto.

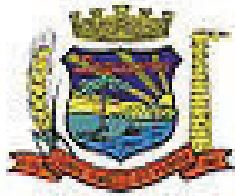
A propositura dá cumprimento com o exposto na lei complementar 101/2000, que impõe limites com gastos de pessoal, vejamos:

“Art. 18 Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 19 Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

ax: (41) 3641-5200



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20 A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III – na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 21 É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I – o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020) b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II – o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Art. 22 A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/06/2023 13:18 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://lc.atende.net/tp649c5d5455283>.
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM 28/06/2023 13:18





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

V – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.”

A propositura veio acostada com o relatório de impacto orçamentário que faz previsão quanto ao índice de gastos com pessoal, declarando que “está em 48,63% inferior ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), conforme publicado no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022 (anexo sequência nº 6878299) relativo ao período de maio de 2022 a abril de 2023”

Também faz menção a indicação do gasto total com despesa de pessoal atual e nos dois últimos exercícios e a projeção para os próximos dois exercícios; A projeção do impacto de gastos com pessoal da presente criação de funções e a correção de valor no exercício atual e nos dois exercícios subsequentes; Demonstrativo de despesa com pessoal.

Ressaltamos que está presente a declaração de ordenador de despesa relata que “é compatível com o Plano Plurianual 2022 -2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e possui a devida previsão orçamentaria para 2023.”

Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de Finanças e orçamento examinar, a propositura veio acompanhada com os seguintes documentos com a documentação necessária.

O projeto de lei abrange os servidores do Poder legislativo e com isso é necessário a realização do relatório de impacto financeiro, a declaração de ordenador de despesa e o demonstrativo de despesa com pessoal. Os referidos documentos foram anexados ao processo legislativo para a aprovação da propositura.

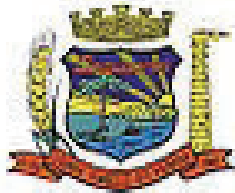
Logo o projeto de lei esta em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orçamentaria Anual e com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

Portanto, no que cabe à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, verifica-se que o projeto tratado está em conformidade com os demais quesitos legais, econômicos e financeiros exigidos e que competem a esta comissão, não tendo impedimento para a regular tramitação da propositura.

IV – VOTO

ax: (41) 3641-5200





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, bem como a Comissão de Finanças e Orçamento, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2598/2023. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer

Câmara Municipal de Araucária, 27 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
PEDRO FERREIRA DE LIMA

633.689.869-53
28/06/2023 13:17:38

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Relator da CJR

Relator da CFO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/06/2023 13:18 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p649c5d5455283>.
POR PEDRO FERREIRA DE LIMA - (633.689.869-53) EM: 28/06/2023 13:18





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - SALA DAS COMISSÕES

SEGUE PROJETO DE LEI 2598/2023 COM OS PARECERES DAS COMISSÕES
COMPETENTES, PARA DAR SEGUIMENTO A TRAMITAÇÃO DA
PROPOSITURA.

Araucária, 28/06/2023 13:20

KAUANA GOUVEIA ZITHOVSKI
CMA - GABINETE PEDRO DE LIMA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 27 de junho de 2023 na Sala da Presidência da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Irineu Cantador, Vilson Cordeiro, Aparecido Ramos e Ricardo Teixeira, membros da Comissão de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, votaram favoráveis ao Parecer Conjunto 161/2023-CJR, 58/2023–CFO, referente ao Projeto de Lei nº 2598/2023.

Araucária, 27 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
VILSON CORDEIRO

037.688.759-11
28/06/2023 14:05:02

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



Assinado digitalmente por:
**RICARDO TEIXEIRA DE
OLIVEIRA**

030.676.329-07
28/06/2023 14:07:32

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



Assinado digitalmente por:
**APARECIDO RAMOS
ESTEVAO**

620.959.941-91
28/06/2023 14:28:44

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
28/06/2023 14:42:35

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/06/2023 14:05:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p649c6852e5846>.
POR VILSON CORDEIRO - (037.688.759-11) EM 28/06/2023 14:05





Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Segue para prosseguimento regimental

Araucária, 28/06/2023 15:01

BARBARA FELIPPE MOREIRA
CMA - SALA DAS COMISSÕES

| <u>DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO</u> | | |
|---|---|------------------------------------|
| SESSÃO: 25ª Sessão Extraordinária da 18ª Legislatura | | DATA: 29/06/2023 |
| MATÉRIA: Projeto de Lei nº 2598/2023 | | |
| TURNO: Primeiro | | |
| RESULTADO: Aprovado pela unanimidade dos presentes. | | |
| VOTOS | | |
| FAVORÁVEIS: 08 | CONTRÁRIOS: 00 | IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES: 00 |
| AUSÊNCIAS: | Os Vereadores Irineu Cantador e Aparecido Ramos estiveram ausentes. | |



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR
307.519.939-72
30/06/2023 08:28:28
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/06/2023 08:28 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p649abc6e1263a>
POR IRINEU CANTADOR - (307.519.939-72) EM 30/06/2023 08:28





CÂMARA

MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Edifício vereador Pedro Nolasco Pizzatto
O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI
GESTÃO 2023-2024

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 25ª Sessão Extraordinária da 18ª Legislatura **DATA:** 29/06/2023

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 2598/2023

TURNO: Primeiro

RESULTADO: Aprovado pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 08 **CONTRÁRIOS:** 00 **IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES:** 00

AUSÊNCIAS: Os Vereadores Irineu Cantador e Aparecido Ramos estiveram ausentes.

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

SESSÃO: 26ª Sessão Extraordinária da 18ª Legislatura **DATA:** 30/06/2023

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 2598/2023

TURNO: Segunda

RESULTADO: Aprovado pela unanimidade dos presentes.

VOTOS

FAVORÁVEIS: 09 **CONTRÁRIOS:** 00 **IMPEDIMENTOS/ABSTENÇÕES:** 00

AUSÊNCIAS: O Vereador Fabio Pavoni esteve ausente.



Assinado digitalmente por:
IRINEU CANTADOR

307.519.939-72
30/06/2023 14:29:44

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone: (41) 3641-5200



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

OFÍCIO Nº 168/2023 – PRES/DPL (Processo nº 86129/2023)

Em 30 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Através do presente, encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 2.598/2023 de iniciativa do Executivo, aprovado por este Legislativo nas Sessões realizadas nos dias 29 e 30 de junho de 2023.

Atenciosamente.



Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
30/06/2023 14:25:50

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito Municipal
ARAUCÁRIA – PR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/06/2023 14:26:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.atende.net/tp649f/03fc3cc0>.
POR BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA - (790.676.469-20) EM 30/06/2023 14:25





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

PROJETO DE LEI Nº 2.598/2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica.

Art. 1º Fica autorizada a concessão de reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) nos vencimentos, salários, proventos de aposentadoria e pensões aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, a partir de 01 de junho de 2023.

§ 1º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos subsídios pagos ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Araucária.

§ 2º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos salários dos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, conforme previsto no art. 2º-A da Lei Municipal nº 1659 de 03 de julho de 2006.

§ 3º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos proventos de aposentadoria e pensões dos servidores que não possuem direito a paridade.

Art. 2º Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.945, de 17 de agosto de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Piso Salarial dos Profissionais do Magistério no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Araucária, para jornada semanal de 40 (quarenta) horas, passa a ser de R\$ 3.992,92 (três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos), a partir de 01 de junho de 2023.”

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ressalvada sua eficácia na forma disposta nos arts. 1º e 2º.

Câmara Municipal de Araucária, 30 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

790.676.469-20
30/06/2023 14:25:08

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
Presidente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/06/2023 14:25:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p649f00e7ded9>
POR BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA - (790.676.469-20) EM 30/06/2023 14:25



**Processo Nº 89309 / 2023 - [Tramitando]**

Código Verificador: E88JG587

Requerente: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**Detalhes:** ENCAMINHA PROJETO DE LEI 2599/2023 APROVADO NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 30/06/2023**Assunto:** DOCUMENTOS LEGISLATIVOS**Subassunto:** PROJETO DE LEI**Procurador:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN**Previsão:** 04/08/2023**Anexos**

| Descrição | Usuário | Data |
|--|------------------------------|------------|
| Ofício 169-2023 - PL 2599-2023.pdf | BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA | 30/06/2023 |
| PL 2599-2023 ANEXO Ofício 169-2023.pdf | BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA | 30/06/2023 |

Histórico**Setor:** CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO**Abertura:** 30/06/2023 11:49**Entrada:** 30/06/2023 14:27:58**Usuário:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN**Recebido por:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN**Observação:** ENCAMINHA PROJETO DE LEI 2599/2023 APROVADO NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 30/06/2023**Setor:** SMGO - NAF**Setor Origem:** CMA - DIRETORIA DO PROCESSO
LEGISLATIVO**Setor Destino:** SMGO - NAF**Saída:** 30/06/2023 14:28**Entrada:****Movimentado por:** EMANOELE DE DEUS SAVAGIN**Recebido por:****Observação:** SEGUE PL APROVADO 30/06

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Os Projetos de Lei nºs 2598/2023 e 2599/2023, tiveram segunda discussão e votação em plenário, e poderão ser arquivados.

Araucária, 30 de junho de 2023.

Atenciosamente,

Enerzon Darcy Harger Vieira

Diretor do Processo Legislativo



Assinado digitalmente por:
ENERZON DARCY HARGER
VIEIRA

624.809.289-34
03/07/2023 08:53:50

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/07/2023 08:54 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.alende.net/p64a2b6dd77c70>.
POR ENERZON DARCY HARGER VIEIRA - (624.809.289-34) EM 03/07/2023 08:53





COMPROVANTE DE ENCERRAMENTO

Observação de Encerramento

Data de Encerramento:

Processos

| Apenso | Número/Ano | Requerente | Assunto | Subassunto | Data Abertura | Data Previsão |
|--------|------------|------------------------|----------------------------|----------------------|---------------|---------------|
| Não | 86192/2023 | HISSAM HUSSEIN DEHAINI | CMA - PROCESSO LEGISLATIVO | CMA - PROJETO DE LEI | 22/06/2023 | 23/06/2023 |

Funcionário(a)



Prefeitura do Município de Araucária

Processo nº 86192/2023

DESPACHO

À CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

inserção de documentos

Araucária, 02/08/2023 11:18

PIERRE DA CRUZ SILVEIRA
CMA - DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO



OFÍCIO EXTERNO Nº 3449/2023 | PROCESSO Nº 89819/2023

Araucária, 3 de julho de 2023.

Ao Senhor
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara
Câmara Municipal de Araucária
Araucária/PR

Assunto: Publicação de Lei.

Prezado,

Publicada a Lei nº 4.186/2023, anexado o comprovante de publicação do Diário Eletrônico Municipal – DOEMA – Ed. 1356/2023 de 30/06/2023.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Assinado digitalmente por:
VIVIANE HELENA PEREIRA

024.745.489-39
03/07/2023 13:42:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

VIVIANE HELENA PEREIRA

Diretora Geral da Secretaria Municipal de Governo



Diário Oficial do Município
MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PREFEITURA

Lei nº 4186/2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica.

Clique aqui para visualizar o ato: 4.186-2023.pdf (<https://araucaria.atende.net/atende.php?rot=25021&aca=114&processo=processaDadosSemTela&chave=%7B%222QtRuv5%5C%2Fb4RP7tNAYIxsERDIY0tfWQk4tXKJGGPej0BG7OI3IqgU>>)

Assinado por: *MUNICIPIO DE ARAUCARIA*

Matéria publicada no dia 30/06/2023. Edição 1356/2023



COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: N° 90276/2023 Cód. Verificador: 741QK452

Requerente: 139572 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
CPF/CNPJ: 78.134.012/0001-04
Endereço: RUA IRMA ELIZABETH WERKA N° 55 **CEP:**83.704-580
Cidade: Araucária **Estado:**PR
Bairro: FAZENDA VELHA
Fone Res.: (41) 3641-5200 **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: protocolo@araucaria.pr.leg.br
Assunto: DOCUMENTOS LEGISLATIVOS
Subassunto: PUBLICAÇÃO
Data de Abertura: 04/07/2023 09:15
Previsão: 04/07/2023

Anexos

OFÍCIO_3449_2023.pdf
OFÍCIO 3449_2023_Comprovante DIÁRIO OFICIAL - LEI N 4.186-2023.pdf

Observação

Publicada a Lei nº 4.186/2023, anexado o comprovante de publicação do Diário Eletrônico Municipal - DOEMA - Ed. 1356/2023 de 30/06/2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Requerente

VANESSA CACHOROSKI

Funcionário(a)

Recebido



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 4.186, DE 30 DE JUNHO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, conforme especifica.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de reposição salarial de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) nos vencimentos, salários, proventos de aposentadoria e pensões aos servidores do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, e do Poder Legislativo, a partir de 01 de junho de 2023.

§ 1º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos subsídios pagos ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Araucária.

§ 2º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos salários dos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, conforme previsto no art. 2º-A da Lei Municipal nº 1659 de 03 de julho de 2006.

§ 3º O previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos proventos de aposentadoria e pensões dos servidores que não possuem direito a paridade.

Art. 2º Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.945, de 17 de agosto de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Piso Salarial dos Profissionais do Magistério no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Araucária, para jornada semanal de 40 (quarenta) horas, passa a ser de R\$ 3.992,92 (três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos), a partir de 01 de junho de 2023.”

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ressalvada sua eficácia na forma disposta nos arts. 1º e 2º.

Prefeitura do Município de Araucária, 30 de junho de 2023.



Assinado digitalmente por:
HISSAM HUSSEIN DEHAINI

233.850.819-04
30/06/2023 14:59:41

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Processo nº 85289/2023

41 3614-1693

Rua Pedro Druszczyk, 111 - CEP 83702 080 - Centro - Araucária / PR

